



DIPLOMACIA

Em discurso na Assembleia Geral da ONU, presidente exalta o poderio militar dos EUA, adverte contra “interferências externas” no hemisfério e coloca para a República Islâmica as opções de “aceitar um acordo” ou ser “aniquilada”

Trump ameaça América Latina e Irã

» SILVIO QUEIROZ

Por mais de meia hora, o dobro do tempo estipulado, Donald Trump ocupou a tribuna da Assembleia Geral das Nações Unidas para desfilar perante as delegações dos 193 países-membros a oratória que caracteriza a sua intervenção no cenário internacional: exaltou a potência econômica e militar “inigualável” dos Estados Unidos, atacou o sistema multilateral e a própria ONU, afirmou a hegemonia nas Américas e rejeitou como “farsa” os alertas sobre crise climática e inteligência artificial. O discurso se seguiu à fala inaugural, que cabe sempre ao Brasil, e teve também passagens endereçadas ao público interno, a pouco mais de um mês das eleições legislativas. Para o mundo, sobram as ameaças, começando pela América Latina, onde invocou o poderio bélico demonstrado na Venezuela para rebater “interferências” dos “inimigos”. Quanto ao Irã, renovou o ultimato reiterado desde fevereiro: assinar um acordo ou ser “aniquilado”.

“Não permitiremos mais que ameaças contra os EUA criem uma base de apoio em qualquer lugar do Hemisfério Ocidental (as Américas) e, se necessário, usaremos nosso poderio militar sem igual para proteger nossos interesses nacionais vitais”, disse. Apresentou, como demonstração, a operação fulminante que resultou na captura do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, em janeiro. A ameaça estava endereçada, particularmente, a Cuba, que retratou como “um Estado falido” e acusou de patrocinar o terrorismo contra Washington. “Cuba cairá”, prometeu, na ausência da delegação da ilha, que se retirou. “O comunismo nunca chegará aos EUA, mas a liberdade chegará a Cuba.”

Na avaliação do professor de relações internacionais Roberto Uebel, do Núcleo de Estudos e Negócios Americanos (Nean) da ESPM, Trump fez “um discurso misto”.

“Fala para o mundo, quando afirma que os EUA são a superpotência e que buscam construir uma hegemonia no Ocidente”, observa, em entrevista ao **Correio**. “No âmbito doméstico, apresenta indicadores econômicos questionáveis, na tentativa de recuperar popularidade, já que a fotografia do momento aponta vitória da oposição democrata nas duas casas do Congresso.”

“A ação em Caracas demonstrou não apenas até que ponto atual governo dos EUA está disposto a chegar para atingir seus objetivos geopolíticos, mas também a fragilidade defensiva dos países da América Latina”, pondera João Paulo Estevam, pesquisador do Neam/ESPM. “Trump está consciente da ampla vantagem dos EUA, e seu histórico de buscar resultados rápidos e palpáveis, para a mídia e o eleitorado, pode contribuir para futuras ações militares no continente.”

“Para o inferno”

Foi pela mesma perspectiva de se dirigir aos eleitores, por um lado, e aos aliados e rivais externos, por outro, que o presidente abordou o impasse militar com o Irã, após quase sete meses de uma guerra que afeta a economia global e doméstica, sem oferecer opção para uma saída honrosa. “Um acordo será feito com o Irã para que eles consigam reconstruir um grande país, como já foi antes, talvez um dos maiores países no Oriente Médio, ou será que eu tenho que aniquilar a República Islâmica para o inferno e rapidamente?”, questionou-se.

“Trump fala para uma plateia que sabe que ele não tem muitas opções no Irã”, analisa Roberto Goulart Menezes, professor titular do Instituto de Relações Internacionais (Irel) da UnB. “Ele tenta reduzir toda a complexidade dessa situação, para a economia, a geopolítica e a segurança internacional, a uma questão de vontade unilateral dos EUA. Como se dissesse: ‘Se e quiser, vou lá e aniquilo o Irã’. Ele foi a uma guerra que levou a altos índices de impopularidade, e agora



tenta mostrar que tem a solução.”

Para Menezes, o presidente “procurou usar o espaço das Nações Unidas para exaltar a si próprio e ao seu governo, sobretudo com a ideia de que os EUA estão mais fortes do que nunca. No entanto, prestes a

enfrentar uma eleição decisiva, “acabou, em boa parte, falando para o público internacional”. O professor do Irel acredita que, para Trump, “o sistema multilateral, representado pela ONU, só serve quando atende aos interesses dos EUA”.

Diálogo nos bastidores de Nova York

O chanceler do Irã, Abbas Araghchi, reuniu-se ontem, à margem da Assembleia Geral da ONU, com o enviado especial norte-americano, Steve Witkoff. O encontro foi confirmado pelo presidente Donald Trump, falando à imprensa ao lado do colega da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, ao fim de um encontro bilateral. “Foi uma reunião de três horas”, disse Trump, que classificou o diálogo como muito bom e acenou com uma nova rodada de conversações “em um futuro muito próximo”. Além de Witkoff, estava presente na coletiva o outro enviado especial, Jared Kushner, que é genro do presidente.

A reunião na sede da ONU se seguiu a sinais contraditórios emitidos por ambos os lados, nos últimos dias. A Guarda Revolucionária Islâmica, unidade militar de elite, afirmou ter recebido informações de que os EUA estariam próximos de lançar uma nova e mais ampla rodada de ataques militares. O Comando Militar Central iraniano prometeu “retaliar sem qualquer limitação” contra as bases norte-americanas no Oriente Médio. No início da semana, em Washington, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, anunciou que entram hoje em vigor sanções contra empresas de qualquer país que prestarem serviços de apoio de qualquer tipo às companhias aéreas iranianas que voam para o exterior.

Falando à agência de notícias Reuters, um funcionário de Teerã enviado a Nova York para a Assembleia-Geral admitiu que o país aceitaria reabrir para o tráfego naval o Estreito de Ormuz, via marítima estratégica e centro do atual impasse militar no Oriente Médio, em troca da suspensão do bloqueio norte-americano contra seus portos. De acordo com essa fonte, a delegação enviada aos EUA teria plena autoridade para retomar o diálogo, desde que o outro lado “oficializem o desejo por uma solução diplomática e acertem um cronograma” para o processo.

A possibilidade de retornar à mesa de negociações tinha sido admitida pelo secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, em entrevista para a rede NBC. “Estamos abertos a isso, se houver perspectiva de alcançar o objetivo: o Irã não poderá, jamais, ter uma arma nuclear”, resumiu Rubio. Assim como a parte iraniana, o secretário de Estado desautorizou versões sobre uma possível conversa entre Trump e o presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, que partiu ontem de Teerã com destino a Nova York.

Bloqueio aéreo

Passa a vigorar hoje o bloqueio total dos EUA às companhias aéreas do Irã, anunciado pelo secretário do Tesouro, Scott Bessent. “A partir de 23 de setembro, os aviões iranianos ficarão parados no solo no mundo inteiro”, afirmou o funcionário norte-americano. Empresas de quaisquer países estão proibidas de prestar serviços de apoio, explicou: “Se eles pousarem em um aeroporto, não se pode fornecer combustível, nem operações de terra, nem a venda de passagens”. Em caso de violação das medidas, o fornecedor dos serviços “ficará fora do sistema internacional do dólar”.

O bloqueio aéreo é parte de um conjunto de iniciativas para sufocar a economia iraniana, apresentadas por Trump como um “Dia D econômico”. Restrições anteriores já tinha obrigado a principal companhia do país, a Mahan Air, a suspender voos com origem ou destino na Turquia e em Omã. A Mahan Air opera também para cidades de Iraque, Paquistão, China, Índia, Tailândia e Emirados Árabes Unidos.

“Não permitiremos mais que ameaças contra os Estados Unidos criem uma base de apoio em qualquer lugar do Hemisfério Ocidental e, se necessário, usaremos nosso poderio militar sem igual para proteger nossos interesses nacionais vitais”

“Um acordo será feito com o Irã, para que eles consigam reconstruir um grande país, como já foi antes, talvez um dos maiores do Oriente Médio, ou será que eu tenho de aniquilar a República Islâmica para o inferno, e rapidamente?”

“Os Estados Unidos se opõem igualmente a essa instituição fora de controle, o Tribunal Penal Internacional. Exorto todos os países-membros do TPI a se retirarem oficial e imediatamente”

Novas bases dos EUA na Groelândia

Donald Trump aproveitou a abertura da Assembleia Geral para anunciar que os Estados Unidos construirão mais duas bases militares na Groenlândia, como parte de um acordo de segurança assinado ontem na sede da ONU com a Dinamarca, que detém a soberania da ilha, e o governo autônomo local. No discurso que pronunciou pouco antes da tribuna, o presidente dos EUA apresentou o acerto como um reforço para a segurança do país no Ártico, com benefício também para os aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

O acordo, de 10 páginas, reconhece “a soberania e a integridade territorial” dinamarquesa, assim como o “direito do povo groenlandês à autodeterminação”. Mas cede a Washington o controle sobre a segurança da ilha, além de vetar a participação, em setores estratégicos do território, de países que não integrem a Otan ou a União Europeia — um dispositivo que tem como alvos as rivais Rússia e China. Um dos artigos autoriza os

Timothy A. Clary/AFP



Trump assina acordo com a premiê da Dinamarca e o chefe do governo autônomo da Groenlândia: crise contornada na Otan

EUA a estabelecerem “uma zona de defesa adicional em Narsarsuaq (sul) e Mestersvig (leste)”, além de ampliarem e modernizarem a única base ativa de que dispõem, em Pituffik, no norte da ilha.

A assinatura do documento promete contornar a crise aberta por Trump com os aliados europeus, no início do ano, quando ameaçou assumir militarmente o controle da Groenlândia ou mesmo anexá-la,

em nome dos interesses de segurança dos EUA. Além da posição estratégica, a ilha é rica em recursos naturais. Em diferentes ocasiões, o presidente norte-americano se referiu ao território como “um pedaço de gelo abandonado”. Parceiros da Otan chegaram a enviar contingentes para exercícios militares de defesa, destinados a mostrar solidariedade aos habitantes e desencorajar uma invasão.

O acordo também estipula que a Groenlândia, com 57 mil habitantes, permanecerá sujeita a esses termos mesmo que conquiste a independência da Dinamarca, e deverá permanecer na Otan ou aderir a ela, “se necessário”. Um pacto de defesa de 1951, atualizado em 2004, já permitia aos EUA reforçar sua presença militar na ilha, desde que notificassem Dinamarca e Groenlândia com antecedência.